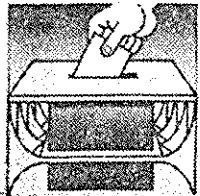


Índios querem as terras que Brizola tomou em 62

Candidato do PDT rebate denúncia de tribos e acusa grupo petista de tentar denegrir seu nome

ROSANA BOND



BRASÍLIA — As lideranças caingangues do Rio Grande do Sul querem um encontro com o candidato do PDT, Leonel

Brizola, para exigir dele a devolução das terras indígenas tomadas pelo seu programa de reforma agrária, em 1962, quando governava o Estado. "Se for eleito, vai ter de reparar o mal que nos fez", afirmam os líderes das reservas de Nonoai, Irai, Tenente Portela e Guarita, que há 27 anos lutam para reaver o território perdido. A expropriação atingiu quase metade do território dessas reservas, que somavam 24.835 hectares.

Irritados com os frustrados apelos dirigidos à Funai, deputados e senadores, os caingangues foram a Brasília denunciar a sua situação e pedir para que o caso fosse incorporado às propostas dos indígenas brasileiros aos candidatos à Presidência. A denúncia foi baseada no documento "A Defesa das Terras Indígenas — Uma Luta de Moysés Westphalen", publicado pela Coordenadoria de Pesquisa e Documentação do Museu Antropológico de Ijuí (RS).

Ontem, Brizola negou que as terras pertenciam aos índios e definiu a acusação como "uma tentativa de um grupo do PT" de tentar desmerecê-lo. Ele discordou do conteúdo do trabalho publicado pelo museu: "É tudo conversa do PT, do Cimi. Em Ijuí há um ninho deles". Segundo garantiu, as terras eram áreas do Estado ocupadas, há várias gerações, por famílias de posseiros mestiços e descendentes de índios. Brizola deixou claro que, caso seja eleito, não devolverá os territórios reivindicados pelos índios. "O que está feito está feito."

Para os caingangues, a reforma agrária do ex-governador foi um capítulo importante na sua história de espoliação. "Até hoje sofremos por causa daquilo", contam alguns líderes. No Rio Grande do Sul, os índios são cerca de 12 mil espalhados por 11 reservas — a maioria não demarcada e invadida por posseiros e fazendeiros. Na semana passada, um dos caciques de Inhacorá mostrava à Funai, em Brasília, um grosso e envelhecido processo visando à retomada da área de uma estação experimental agrícola criada por Brizola em cima de suas terras. O cacique saiu da Funai desconsoado: "O advogado mandou a



Brizola: garantia de que, se eleito, não devolverá terras usadas em reforma agrária

Plano para estabilizar economia

GRAÇA RAMOS

BRASÍLIA — O candidato do PDT à Presidência, Leonel Brizola, anunciou ontem que, se eleito, apresentará ao País seu Plano de Estabilização, voltado para a recuperação da economia nacional. Para executá-lo, o candidato do PDT espera conseguir o apoio de uma frente política em que sonha reunir desde

as correntes mais radicais de esquerda até os setores mais conservadores. "Mas excluo a direita violenta, autoritária e raivosa", explicou Brizola, que falou durante quatro horas no seminário "Eleja Seu Programa", patrocinado pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Conselho Federal de Economia.

Em meio a poucos detalhes que divulgou sobre seu projeto

econômico, Brizola atacou Fernando Collor de Mello, Afif Domingos e Paulo Maluf, chamando-os de "yuppies da política brasileira". Os candidatos do PRN, PL e PDS, segundo o candidato do PDT, "são profetas mais sofisticados da mesma causa, cúmplices da ditadura". Ele poupou, no entanto, o candidato do PFL, Aureliano Chaves, com quem admitiu até se aliar.

gente entrar na terra, mas não deu nada por escrito. E se a polícia nos expulsar?"

A DENÚNCIA

O documento contendo a denúncia dos Caingangues revela que, no total, o governo Brizola tomou 10.176 hectares pertencentes aos índios Nonoai, Ventarra, Votouro, Inhacorá e Guarani. Através de autorização governamental expedida por Brizola em 16 de fevereiro de 1962, que contrariava o Estatuto de Terras do Estado e a Constituição — relata o documento —, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) "passou a colonizar as terras dos índios, co-

mo se fossem devolutas, vendendo-as em seguida". Naquele tempo, parte das terras indígenas era do Serviço de Proteção ao Índio e parte era de domínio público.

O projeto de reforma agrária do governo Brizola fixou uma área máxima de 20 hectares por família indígena, equiparando os índios aos colonos brancos. "Com isso se vê em que nível de ignorância e incapacidade foi orientada a nova demarcação da terra dos índios", ataca o documento. E complementa: "A rapidez com que se efetivou essa 'colonização' revela a premeditação do assalto às terras dos silvicultores: autorizada em 16 de fevereiro de 62, já

estava terminada antes de 7 de outubro".

A tomada de terras foi tão grave que chegou até mesmo a extinguir uma das reservas, a de Ventarra, no município de Getúlio Vargas. Demarcada em 1911 com 753 hectares, Ventarra foi integralmente entregue aos colonos em 62.

Em Nonoai, a maior aldeia do Estado, com 34.980 hectares, a perda da terra começou em 1949, quando 19.998 hectares foram tomados para uma área florestal. Invadidos por brancos, 2.499 hectares dessa área foram entregues a agricultores, pela reforma agrária de Brizola, constituindo a 4ª Seção Planalto.